

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 02 de Julho do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 107/2019
Conselheiro Relator: **Helenise A Lara de Souza Ferreira**
Recorrente: **Expresso N.S Transporte Ltda**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB
Recurso Voluntário nº: 096.318/2017 de 31/08/2017
Auto de Infração – Multa nº 1055 – SEMOB - Valor: R\$ 5.000,00

EMENTA

CONTENCIOSO 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 6131/2016, ART. 1º e 2º. PRELIMINAR DE PREJUDICIAL DE MÉRITO AFASTADA. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO DE ACORDO COM AS NORMAS E CONTENDO TODOS REQUISITOS EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE-DECRETO 4214/2004 E LEI 5766/2013. BIS IN IDEM OU DUPLA SANÇÃO. AFASTADO. NÃO HÁ DUPLA SANÇÃO, MAS APLICAÇÃO DE PENALIDADES DIFERENTES EM MOMENTOS DIFERENTES, PROCEDIMENTO AMPARADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL CONFORME PREVISTO NO ART. 46 DO DECRETO 4214/2004 C/C § 3º DO ART. 34 E § 4º DO ART. 73 DO MESMO DIPLOMA LEGAL. READEQUAÇÃO DA MULTA, IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE. HÁ REGRA ESPECÍFICA QUE IMPÕE A IMPOSIÇÃO DA MULTA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1055 MANTIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela subsistência do Auto de Infração nº 1055, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Péricles Baicere Schmidt; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 02 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Helenise A Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 02 de Julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 108/2019

Conselheiro Relator: **Helenise A Lara de Souza Ferreira**

Recorrente: **Expresso N.S Transporte Ltda**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário nº: 096.323/2017 de 31/08/2017

Auto de Infração – Multa nº 1097 – SEMOB - Valor: R\$ 5.000,00

EMENTA

CONTENCIOSO 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 6131/2016, ART. 1º e 2º. PRELIMINAR DE PREJUDICIAL DE MÉRITO AFASTADA. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO DE ACORDO COM AS NORMAS E CONTENDO TODOS REQUISITOS EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE-DECRETO 4214/2004 E LEI 5766/2013. BIS IN IDEM OU DUPLA SANÇÃO. AFASTADO. NÃO HÁ DUPLA SANÇÃO, MAS APLICAÇÃO DE PENALIDADES DIFERENTES EM MOMENTOS DIFERENTES, PROCEDIMENTO AMPARADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL CONFORME PREVISTO NO ART. 46 DO DECRETO 4214/2004 C/C § 3º DO ART. 34 E § 4º DO ART. 73 DO MESMO DIPLOMA LEGAL. READEQUAÇÃO DA MULTA, IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE. HÁ REGRA ESPECÍFICA QUE IMPÕE A IMPOSIÇÃO DA MULTA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1097 MANTIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela subsistência do Auto de Infração nº 1097, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Péricles Baicere Schmidt; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 02 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Helenise A Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 02 de Julho do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 109/2019
Conselheiro Relator: **Helenise A Lara de Souza Ferreira**
Recorrente: **Expresso N.S Transporte Ltda**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB
Recurso Voluntário nº: 096.337/2017 de 31/08/2017
Auto de Infração – Multa nº 2609 – SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

CONTENCIOSO 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 5.766/201. DECRETO 3962/2002, DECRETO 4214/2004. VÍCIO MATERIAL. ERRO NA DESCRIÇÃO DO FATO INFRACIONAL. INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2609. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO CANCELADO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA RETIFICADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela insubsistência do Auto de Infração nº 2609=, **retificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Pérciles Baicere Schmidt; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 02 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Helenise A Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 110/2019

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **Lucinéia da Silva Oliveira**(Bioseg Laboratório de Análises Clínicas)

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso de Voluntário nº: 006.455/2019 de 22/01/2019

Auto de Infração – nº 103 - SMF - Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

RECURSO VOLUNTÁRIO PARA A SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA POR IRREGULARIDADES SANITÁRIAS. DESCUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LC 004/1992. INFRAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 155, QUALIFICADA COMO GRAVÍSSIMA PELA PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES, CONFORME INCISO III DO ARTIGO 722 C/C ARTIGO 723. Alegação de não ocorrência das circunstâncias agravantes rejeitada. Inexistência de qualquer vício ou irregularidade capaz de anular a autuação. Recurso conhecido e improvido. Manutenção integral do Auto de Infração de Transporte nº 103.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, neste Ato Representado pelo Conselheiro Elias Correia Pedrozo, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da Auto de Infração nº 103 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Reginaldo da Conceição Amorim; 4. Onofre Russo Filho e 5. Elias Correia Pedroso.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 03 de julho de 2.019

Elias Correia Pedrozo
Conselheiro de Recursos Fiscais

João Tito S Cademartori Neto
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 09 de Julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 111/2019

Conselheiro Relator: **Helenise A. Lara de Souza Ferreira**

Recorrente: **Secretaria Municipal de Fazenda – Recurso de Ofício**

Recorrente: **Caixa Economica Federal – Ag. UFMT – Recurso Voluntário**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa

Recurso de Ofício e Voluntário nº: 035.428/2018 de 09/04/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 5346/2017 – SMF - Valor: R\$ 20.128,59

EMENTA

RECURSO DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO. DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO, COMPROVAÇÃO TOTAL. PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA. GERÊNCIA DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA/SMF E AUTORIDADES FISCAIS AUTUANTES COMPROVARAM RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO ISSQN DEVIDO. RECURSO DE OFÍCIO IMPROVIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. NAI CANCELADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício e **conhecer e prover** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **retificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Pércles Baicere Schmidt; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Samuel Barrem da Silva; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 09 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Helenise A. Lara de Souza Ferreira

Conselheira Relatora

Edilson Rosendo da Silva

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 09 de Julho do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 112/2019
Conselheiro Relator: **Vitor de Oliveira Tavares**
Recorrente: **ADELI PADARIA E PANIFICADORA EIRELI - EPP**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SMS
Recurso Voluntário nº: 043.452/2018-1 de 24/04/2018
Auto de Infração – Multa nº 300 – SMS - Valor: R\$ 2.492,68

EMENTA

RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO EM FACE DE MULTA APLICADA PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE SER CONHECIDO.

A Lei 5.806 de 2014, lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, prevê em seu artigo 71, I, que o recurso voluntário não será conhecido quando interposto fora do prazo.

A Lei 004/1992 que institui o Código Sanitário e de Posturas do Município, estabelece o prazo de 10 (dez) dias para a interposição do Recurso Voluntário.

Sendo assim, não deve ser conhecido o recurso interposto fora do prazo de 10 (dez) dias previsto pela legislação Municipal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em Exercício do Senhor Divalmo Pereira Mendonça, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em não **conhecer** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, mantendo incólume a decisão proferida pela 1ª Instância para julgar procedente o auto de infração nº 300. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Dauto Barbosa Castro Passare; e 6. Péricles Baicere Shmidt.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 09 de Julho de 2.019

Divalmo Pereira Mendonça
Presidente em Exercício

Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 10 de Julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 113/2019

Conselheiro Relator: **João Tito S Cademartori Neto**

Recorrente: **Associação dos Criadores de Mato Grosso - ACRIMAT**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício nº: 105.757/2018 de 08/10/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 1353/2017 - SMF - Valor: 586,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – ISSQN – RECURSO DE OFÍCIO – DECADÊNCIA DE PARTE DA COBRANÇA RECONHECIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO DESPROVIDO. Reconhecida a decadência de parte do imposto objeto da NAI, e mantida a cobrança do remanescente, não há falar em modificação da decisão de piso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Sr. Benedito Oscar Fernandes de Campos, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da Notificação Auto de Infração nº 1353 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Reginaldo da Conceição Amorim; 4. Benedito Oscar Fernandes de Campos e 5. Elias Correia Pedroso.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de julho de 2.019

Benedito Ocar F de Campos
Neto

Presidente em Exercício

João Tito S Cademartori

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 114/2019

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação - MTI**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício nº: 074.547/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 1203/2018 - SMF - Valor:

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO ISSQN E PROCESSUAL CÍVEL – RECURSO DE OFÍCIO – AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ISSQN EM SUA MODALIDADE RETIDO, NO PERÍODO DE JANEIRO À DEZEMBRO/2013 – COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO PELO AUTUADO ATRAVÉS DO TERMO DE ACORDO E CONFISSÃO DE DÍVIDA E RECOLHIMENTO DO PAGAMENTO PELO ASSESSOR TÉCNICO DO ISSQN APÓS O JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1203/2018 – Recurso Conhecido em fase de reexame confirmação do pagamento pelo contribuinte após a decisão monocrática já que firmou o Termo de Acordo e Confissão de Dívida bem como efetivou seu pagamento, não restando outra alternativa senão arquivar o presente processo pelo seu pagamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos em prover** o Recurso de Ofício, entretanto em face de confirmação de pagamento pelo contribuinte após a decisão que firmou o Termo de Acordo e confirmação da Dívida e efetivou seu pagamento, não restando outra alternativa senão arquivar o processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator . Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Elias Correia de Campos.

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M de Oliveira Lelis

Cuiabá, 10 de julho de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Benedito Oscar F de Campos
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 16 de Julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 115/2019

Conselheiro Relator: **Marcelo Daubian Paes de Barros**

Recorrente: **HDI SEGUROS S/A**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SMF

Recurso de Ofício nº: 118.911/2018-1 de 12/11/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 2218/2018 – SMF - Valor: R\$ 1.007,65

EMENTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO POR TER DEIXADO DE RECOLHER O IMPOSTO RETIDO. DECISÃO EM 1ª INSTÂNCIA JULGOU PROCEDENTE EM PARTE O RECURSO INTERPOSTO E SUBSISTENTE A NAI Nº 2218/2018. RETIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO PELO AUDITOR FISCAL RECONHECEU O RECOLHIMENTO DO ISSQN EM PARTE PELA EMPRESA. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO EM 1ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Decisão 1ª Instância julgou procedente em parte o recurso interposto e subsistente a NAI nº 2218/2018. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Roberto Minoru Ossotani; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 16 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Marcelo Daubian Paes de Barros

Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 116/2019

Conselheiro Relator: **Reginaldo Conceição Amorim**

Recorrente: **Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso de Voluntário nº: 098.731/2018 de 19/09/2018

Auto de Infração – nº 370 - SMS - Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Intempestivo. Descumprimento da Lei nº 5.766/2013, c/c artigo 71, I. da Lei nº 5.806/2014. Manutenção do Auto de Infração. Ratificação da decisão de 1ª Instância. Multa a ser recolhida com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Sr. João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da Auto de Infração nº 370 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 2. João Tito S Cademartori Neto 3. Onofre Russo Filho e 4. Elias Correia Pedroso.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães.

Cuiabá, 17 de julho de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Reginaldo Conceição Amorim
Conselheiro Relator

Paulo Emilio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 23 de Julho do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 117/2019
Conselheiro Relator: **Helenise A Lara de Souza Ferreira**
Recorrente: **Expresso N.S Transporte Ltda**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB
Recurso Voluntário nº: 131.919/2017 de 06/12/2017
Auto de Infração – Multa nº 0927 – SEMOB - Valor: 20 UPF's

EMENTA

CONTENCIOSO 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 1.789/81, ART. 46, IV, ART. 58, §4º, 301. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO DE ACORDO COM AS NORMAS E CONTENDO TODOS REQUISITOS EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE-DECRETO 4214/2004 E LEI 1789/81. READEQUAÇÃO DA MULTA, IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE. HÁ REGRA ESPECÍFICA QUE IMPÕE A IMPOSIÇÃO DA MULTA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0927 MANTIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela subsistência do Auto de Infração nº 0927, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Roberto Minoru Ossotani; 4. Roberto Carloni de Assis; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 23 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Helenise A Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de Julho do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 118/2019
Conselheiro Relator: **Benedita Madaleno da Costa**
Conselheiro Revisor: **Jaime Marcelino Ferreira Filho**
Recorrente: **GD Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS
Recurso Voluntário: Processo nº: 0.119.782/2018-1 de 14/11/2018
Auto de Infração – Multa nº 388 - SMS - Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

VIGILÂNCIA SANITÁRIA. AUSENCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO E NÃO CONFORMIDADES COM LEGISLAÇÃO PERTINENTE. RISCO A SAÚDE DE TERCEIROS. NOTIFICAÇÃO E MULTA. DEVER DO PODER PÚBLICO INTERVIR PREVINIR RISCOS A SAÚDE PÚBLICA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 388

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Sr. João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Revisor, pela manutenção do Auto de Infração nº 388 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Revisor os Conselheiros: 1. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 2. Reginaldo Amorim de Assis e 3. Elias Correia Pedroso.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina M de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de Julho de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro revisor

Sônia Cristina M de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 25 de Julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 119/2019

Conselheiro Relator: **João Tito S Cademartori Neto**

Recorrente: **PERSEVERANÇA HOLDING LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Pedido de Reconsideração - Acórdão 103/2018 - Processo nº: 029.043/2018 de 21/03/2018

EMENTE

DIREITO TRIBUTÁRIO – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM A OFERTA DE IMÓVEIS – VALOR VENAL QUE EXCEDE O VALOR INTEGRALIZADO DOS BENS – IMUNIDADE DO ITBI – RESTRIÇÃO APENAS À QUANTIA INTEGRALIZADA – POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA COM RELAÇÃO AO VALOR REMANESCENTE – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DESPROVIDO. A imunidade prevista nos artigos 156, § 2º, I, da CF, e 224, do CTM não engloba o valor venal dos imóveis que exceder a quantia destinada a integralização do capital social de empresa. Impossibilidade de extensão da benesse em razão do valor venal ser consideravelmente superior ao montante integralizado. Pedido de Reconsideração Desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **sessão plenária**, sob a Presidência da Senhora Helenise A Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **em conhecer e desprover o Pedido de Reconsideração, e unanimidade dos votos com base no voto do relator manteve inalterado o Acórdão da 1ª Turma do Conselho de Recursos Fiscais**. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 6. Onofre Russo Filho; 7. Reginaldo Conceição de Amorim; 8. Roberto Minoru Ossotani; 09. Divalmo Pereira Mendonça; 10. Helenise A Lara de Souza Ferreira; 11. Elias Correia Pedrozo; 12. Roberto Carloni de Assis

Presente no julgamento os Representantes Fiscais do Município, Drª Sônia Cristina M de Oliveira Lelis e Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 25 de Julho de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Conselheiro Relator

Helenise A Lara de Souza Ferreira
Presidente
Conselheiro de Recursos Fiscais

Sônia Cristina M de Oliveira Lelis e Edilson Rosendo da Silva
Representantes Fiscais do Município de Cuiabá

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Presidente

Edvanda Ana Fortes Souza
Secretária Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de Julho do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 120/2019
Conselheiro Relator: **Dauto Barbosa Castro Passare**
Recorrente: **Banco do Brasil S/A**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF
Recursos Voluntário/Ofício nº: 106.570/2018 de 10/10/2018
Notificação Auto de Infração – nº 2204/2018 – SMF - Valor: 19.853,47

EMENTA

RECURSO DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO- ISSQN. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PRECLUSA. CONSELHO DE RECURSO FISCAL 1)- No caso, restou demonstrado a ausência de recolhimento do ISSQN, conforme se infere do Auto de Infração nº 2204/2018. Isso porque, a autuada em sede de defesa, não trouxe os comprovantes de recolhimentos que relacionem com as notas fiscais cobradas no auto da notificação. Os documentos apresentados pelo autuado foram identificados como documentos emitidos por outros municípios, não relacionados com tributos cobrados pelo município de Cuiabá-MT. Exceto a nota fiscal de nº 189, emitida pela Rede Sicovi de Imóveis (cnpj nº 11.653.360/0001-09) que fora reconhecidamente quitada e excluída do cálculo. 2)- Com referência ao pedido de designação de perícia contábil em grau de recurso encontra-se preclusa, sendo certo ainda que a sua produção não se revela necessária para o deslinde da causa. Se não há controvérsia em torno da ausência de pagamento do ISS, referente à competência de 12/2012 a 10/2013, desnecessária se faz a produção de prova pericial contábil. 3)- Afora isto, antes mesmo de a autuada alegar cerceamento de defesa, não é demais destacar que a decisão de primeira instância concedeu prazo para que o autuado apresentasse o laudo pericial contábil no mesmo prazo do recurso, garantindo ao mesmo a oportunidade de fazer prova após a decisão de primeira instância. Todavia, nenhum documento foi juntado no recurso. Considerando a situação exposta, rejeito o pedido de produção de prova pericial contábil. Recurso de Ofício e voluntário improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** os Recursos Voluntário e Ofício, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa que julgou parcialmente procedente a NAI 2204/2018. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise A Lara de Souza Ferreira; 4. Roberto Carloni de Assis; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 30 de Julho de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Presidente

Edvanda Ana Fortes Souza
Secretária Executiva

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

*PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019*

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 31 de julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 121/2019

Conselheiro Relator: **Jaime Marcelino Ferreira Junior**

Recorrente: **9º Batalhão de Engenharia e Construção Ltda**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda – SMF

Recurso de Ofício nº: 035.209/2018 de 09/04/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 5565/2017 - SMF - Valor: 11.015,25

EMENTA

PROCESSO 035.209/2018, EM APENSO PROCESSO 018.198/2018 e 031.386/2018 DIREITO TRIBUTÁRIO ISSQN E PROCESSUAL CÍVEL – RECURSO DE OFÍCIO – IMPOSTO RETIDO SEM REPASSE AO FISCO MUNICIPAL – CONFIRMAÇÃO DE RECOLHIMENTO PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5565/2017 – PROCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 5565/2017 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Elias Correia Pedrozo; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emílio Magalhães.

Cuiabá, 31 de julho de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Junior

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Jaime Marcelino Ferreira

Conselheiro Relator

Paulo Emílio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JULHO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 31 de julho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 122/2019

Conselheiro Relator: **Benedita Madaleno da Costa**

Recorrente: **Meta Distribuidora de Medicamentos Ltda**

Recorrido: Vigilância Sanitária – SMS

Recurso Voluntário nº: 100.640/2018 de 25/09/2018

Notificação Fiscal – Multa nº 337/2018 – SMS – Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

VIGILÂNCIA SANITÁRIA. AUSÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO E NÃO CONFORMIDADES COM LEGISLAÇÃO PERTINENTE. DEFESA ADMINISTRATIVA INTEMPESTIVA. RISCO A SAÚDE DE TERCEIROS. NOTIFICAÇÃO E MULTA. DEVER DO PODER PÚBLICO INTERVIR PREVINIR RISCOS A SAÚDE PÚBLICA. NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 337.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela subsistência da Notificação Fiscal nº 337/2018 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 2. João Tito S Cademartori Neto; 3. Elias Correia Pedrozo; 4 Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 31 de julho de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Paulo Emilio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Presidente

Edvanda Ana Fortes Souza
Secretária Executiva